

# Inclusão na escola: da utopia à realidade

*Inclusion in school: from utopia to reality*

Nozângela Rolim Dantas<sup>a</sup>, Karla Fernanda Wunder da Silva<sup>b</sup>

## RESENHA DE:

BEYER, Hugo Otto. **A inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 128.

*“A utopia pode existir como um elemento de força para que não desistamos de buscar a concretização de objetivos necessários para que as transformações educacionais tornem-se possíveis.”*

(HUGO OTTO BEYER)

O livro **A inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais, foi escrito pelo professor adjunto e pesquisador Dr. Hugo Otto Beyer da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A sua primeira edição ocorreu no ano de 2005, a segunda em 2006, a terceira em 2010 e a quarta em 2013. Observa-se que as duas últimas edições ocorreram após sua morte em um trágico acidente aéreo da companhia Gol no voo 1907, no ano de 2006.

Após uma consulta ao currículo *lattes*, nota-se que o autor chegou a registrar a segunda edição do livro, atualizando seu currículo no dia 25 de setembro de 2006, antes da data do acidente que foi no dia 29 de setembro do mesmo ano. O autor era graduado em Pedagogia pela

## Editores

Maria Inês Côrte Vitoria

PUCRS, RS, Brasil

Pricila Kohls dos Santos

PUCRS, RS, Brasil

## Equipe Editorial

Rosa Maria Rigo

PUCRS, RS, Brasil

Lorena Machado do Nascimento

PUCRS, RS, Brasil

ISSN 2179-8435



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

<sup>a</sup> Professora adjunta do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). <[nozangela@yahoo.com.br](mailto:nozangela@yahoo.com.br)>.

<sup>b</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS e professora de Educação Especial da rede municipal de Porto Alegre. <[kakaiw@gmail.com](mailto:kakaiw@gmail.com)>.

Faculdade Portoalegrense de Educação Ciências e Letras (1984-1986). Em 1988 concluiu o Mestrado em Educação em Psicologia Educacional com o trabalho de dissertação intitulada: **O ensaio de sentido da vida do adolescente na escola**, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na Alemanha fez o Doutorado na Universidade de Hamburgo (1993) defendendo a Tese intitulada: **Die Methode Feuerstein: Ein Modell für die kognitive Förderung lernbehinderter Jugendliche (O método de Feuerstein: um modelo cognitivo para promover jovens com dificuldades de aprendizagem)** e o Pós-Doutorado pela Universidade de Dortmund (1998) em Educação, na perspectiva da educação especial. Ele também foi Conselheiro Titular do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e consultor do MEC junto à Secretaria de Educação Especial.

A consistente e qualificada formação acadêmica do professor Hugo Otto Beyer explica a sua motivação e o desejo persistente em pesquisar sobre a Educação Especial, desde o ano de 1987 quando são elencados seus primeiros trabalhos na UFRGS. Trabalhou com temas voltados para a educação inclusiva tendo por base as abordagens vygotskiana e a de Reuven Feuerstein que ficam bem expressas nas 128 páginas do livro **A inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Vale salientar que a obra está dividida em introdução, seis capítulos pertinentes ao tema da inclusão, conclusões e referências.

Logo na introdução o autor chama atenção para a “encruzilhada paradigmática na educação inclusiva” apontando os momentos históricos da educação especial e os principais paradigmas e salienta a “crise existencial” que a mesma vive. Para tanto, ele cita os autores internacionais como Wolfgang Jantzen e Hans Eberwein fazendo um contraponto com os autores nacionais como Maria Tereza Eglé Mantoan e Rosita Edler Carvalho. Os primeiros aludem sobre a crise e o fracasso da inclusão tendo como pano de fundo a realidade europeia, enquanto que as autoras brasileiras defendem a perspectiva inclusiva como caminho de uma escola com respeito às diferenças. Importante salientar que o autor acreditava em uma proposta inclusiva com responsabilidade, de forma que alunos e professores pudessem ser acolhidos e atendidos, com suportes adequados e formações qualificadas. Para tanto, o sistema educacional brasileiro precisava fazer mudanças significativas para acolher e trabalhar com as diferenças.

Após as considerações iniciais, no primeiro capítulo “*Educação especial e inclusão: tempos e espaços sociais*”, o autor busca fazer um levantamento histórico da organização e da estrutura da educação, demonstrando que desde a sua origem a “escola e a educação formal sempre foram um privilégio para poucos, um privilégio dos poderosos” (p. 12) e não estava preocupada em resolver os desequilíbrios sociais. Logo, a educação formal era um privilégio de alguns e não visava ter em seus quadros cidadãos do povo e, muito menos, pessoas com deficiência. Salienta então que nunca houve na história da educação uma escola realmente para TODOS e que os modelos existentes de escolas são seletivos e se servem de algum tipo de seleção, seja ela por sorteio, testes, ou pelos valores estipulados nas mensalidades.

Outro ponto abordado pelo autor, nesse capítulo, é a existência de dois tipos de escolas bem estabelecidas: a escola especial e a regular. A primeira para as crianças com deficiência transversalizada pelo paradigma clínico-médico, pedagogia terapêutica e o sociológico; a segunda voltada para as crianças ditas normais e bem selecionadas por critérios financeiros, sociais e intelectuais.

Para o autor, a escola especial surgiu ao longo da história como uma “solução complementar”, de caráter não permanente, para as crianças com deficiência, uma vez que as escolas regulares não ofereceriam esse espaço. No entanto, o equívoco apontado por Beyer foi o de as escolas especiais terem reivindicado para si o “monopólio pedagógico” e terem se considerado como o paradigma mais apropriado para os alunos com deficiência, assumindo uma postura pautada no modelo clínico-médico, que acolhe os deficientes, fracassados e todos que não se enquadram no sistema regular de ensino.

Neste capítulo apesar do autor apontar os vários erros da escola inclusiva e as limitações da escola regular, ele deixa o leitor em dúvidas quanto a sua postura frente ao debate da inclusão de alunos com deficiência na escola regular, principalmente, quando faz uma discussão mais aprofundada sobre os paradigmas conceituais da educação especial, em virtude da conjuntura precária do sistema educacional brasileiro em detrimento das experiências europeias.

No segundo capítulo “*A inclusão na escola: ideias para implementação*”, o autor busca desenvolver suas ideias numa perspectiva mais pragmática pautadas no projeto da educação inclusiva e na implementação deste projeto nas escolas. Para ele “a escola, como instituição formal, pautou-se sempre pelo estabelecimento (ou, no mínimo, pela busca) de uniformidades” (p. 27). Em contrapartida a esse modelo estabelecido, o autor insiste na concepção de que homogeneidade, uniformidade adotadas pelas escolas vai de encontro a diversidade assumida pelas políticas da educação inclusiva. Reforça a concepção de que cada criança difere uma da outra e o ato de educar consiste em confrontar-se com essa diversidade. Embora Bayer faça uma crítica a uniformização estabelecida pela escola ele reconhece que, uma escola que acolhe e trabalha com crianças com deficiência e ditas normais, em um mesmo espaço e na perspectiva da diversidade, ainda, está no âmbito da esperança e da utopia.

No entanto, na tentativa de atender os alunos com deficiência, a partir dos princípios da promoção da convivência construtiva, da preservação da aprendizagem comum e da importância das especificidades pedagógicas desses alunos na escola regular, Beyer propõe duas condições para que aconteçam os meios para pôr em movimento ações escolares inclusivas: a primeira, que não depende de investimentos financeiros, mas diz respeito à individualização do ensino, ou seja, que requer outra forma de pensar a inclusão e as crianças, levando em consideração a individualização dos alvos, da didática e da avaliação; e a segunda se refere ao sistema de bídôcência que requer investimento financeiro e formação na área da educação inclusiva. O autor expõe o modelo de bídôcência que acontece na cidade de Hamburgo,

na Alemanha, apontando como funciona, quem são os atores deste processo e quais alterações são necessárias para que a bidocência possa se efetivar.

Dando continuidade ao capítulo, o autor trabalha o conceito de educação subsidiária, que aponta para uma educação especial móvel, conceito apresentado por Wocken (2003), que tem quatro princípios fundamentais: da comunalidade, consiste na convivência e o ensino de crianças com e sem deficiência; da necessidade, que se refere a reivindicação de que todos os alunos recebam uma educação apropriada as suas necessidades; da proximidade, que é a descentralização da ajuda pedagógica, sendo que a mesma deve ocorrer o mais próximo possível do “espaço de vida” do aluno com eficiência; e finalmente o princípio da adaptação que referenda a importância de um professor de educação especial no processo inclusivo. Todos esses princípios têm em comum a aplicação prática da lei da inclusão, com ações e estratégias que proporcionem um atendimento educacional adequado ao aluno com deficiência na escola regular.

No terceiro capítulo, *“Olhares ‘de fora’: as experiências de integração na Alemanha e as discussões no Brasil”*, Beyer faz um recorte do panorama da inclusão escolar na Alemanha, de 1973 a 1996. Segundo o autor, apenas 5% dos alunos com deficiência encontrava-se em escolas regulares e mais de 95% estavam sendo atendidos por escolas especiais. Diante do quadro, apresenta a inquietação de alguns autores alemães como Dietrich Eggert (1997), que defende uma reestruturação no sistema escolar alemão tendo em vista a inserção de alunos com deficiência nesse sistema. Por outro lado, Cloerkes (1997), Jantzen (1987), Eberwein (1988) questionam o modelo inclusivo e anunciam a existência de uma crise profunda de identidade, além da legitimidade da educação especial. Esse contexto é usado pelo autor para fazer uma análise mais precisa da realidade do sistema educacional brasileiro com o processo da inclusão com suas práticas, recursos humanos e materiais, iniciado com maior força a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996. Ele conclui que as políticas públicas da educação especial no Brasil, garantidas pela lei, não têm se mostrado eficientes e são incapazes de gerar medidas estratégicas e de operacionalização mais efetiva, pois se sustenta em uma educação regular deficiente e tem sua constituição numa lógica invertida, a legislação no Brasil se fez presente antes de uma maior mobilização das famílias como ocorreu no cenário europeu o que na visão do autor facilitou muito a disseminação da proposta inclusiva.

Diante do quadro apresentado pelo autor observa-se um pessimismo com relação às políticas de inclusão ocorridas no território nacional. Vale ressaltar que na Alemanha, de 1973 a 1996, o processo inclusivo estava acontecendo de maneira ordenada e coordenada por sistema educacional organizado e de referência no cenário mundial. Enquanto que no Brasil esse processo oficialmente teve início em 1996 com a LDBN de 1996 até 2005 (data de publicação desta obra em sua primeira edição), passaram-se onze anos. Portanto, para uma pessoa que estava imersa no processo da inclusão é sabido que as políticas inclusivas têm muito a avançar tanto em investimentos

financeiro, quanto em infraestrutura, formação de professores, na gestão escolar e na qualidade do ensino oferecido aos estudantes com ou sem deficiência.

“*Uma escola para todos: do que estamos falando*” e a “*Inclusão e avaliação*”, que equivalem ao quarto e o quinto capítulo, os quais tratam dos aspectos mais paradigmáticos da inclusão e levam em consideração a inserção dos alunos com deficiência nas escolas, a importância do envolvimento dos pais, alunos, professores, gestores e da comunidade. Baseado nos aspectos históricos da inclusão no Brasil e no mundo, o autor procura refletir sobre as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos propondo adequações curriculares, didáticas e avaliativas, levando em consideração as características destes fundamentos e suas inter-relações.

Após toda a explanação, nos capítulos anteriores, sobre o processo histórico da política inclusiva no Brasil, transversalizada pela experiência europeia, no sexto capítulo, intitulado “*O atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais*” o autor ilumina suas reflexões se reportando às teorias de Vygotsky e Feuerstein. Percebe-se nestas matrizes teóricas a importância da vivência social da criança com deficiência. Para o capítulo, Beyer destaca os principais pontos teóricos desses autores no intuito de mostrar para o leitor a importância das experiências de inclusão de forma ativa. Para tanto, considera que é preciso antecipar, mediar, promover e potencializar as capacidades das crianças com deficiência dentro do seu contexto social, cultural, familiar e escolar. Afirma ainda, que a educação inclusiva, que pode e deve-se basear nas premissas de Vygotsky, precisa entender que as ações pedagógicas devem produzir conexões entre as diferentes zonas de aprendizagem.

No capítulo que denomina Conclusões, o autor chama a atenção para o fato das crianças com deficiência pertencerem a um mundo que é cheio de dificuldades, alegrias, frustrações, prazeres e dor. E é neste mundo que elas devem viver e não reclusas em um projeto que as mantém fora desta realidade e diversidade, pois “[...] todos pertencemos à mesma espécie, e que somos, também, muito diferentes uns dos outros!” (p. 122). O paradigma da inclusão está posto e cabe à escola e aos educadores reverem suas práticas pedagógicas, trabalhar em equipe e acolher os alunos com deficiência deixando para trás a histórica segregação social com relação às pessoas com deficiência. O autor encerra sua obra dizendo que estamos sim numa encruzilhada ou estagnamos e retrocedemos, ou aceitamos o desafio e construímos novas práticas mais acolhedoras e mais inclusivas.

Por fim, a leitura do livro **A inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais deixa claro que as escolas e o sistema político brasileiro ainda não estão organizados o suficiente para receber crianças com deficiência em seus quadros. O autor, no decorrer dos capítulos, dá algumas pistas de como organizar, tanto as escolas como o sistema educativo, para receber e trabalhar a aprendizagem e a socialização das crianças com deficiência sem excluir ou colocá-las no arquétipo platônico, onde não existe dor ou sofrimento.

Para Beyer a pessoa com deficiência deve viver no mundo real, pois é nesse mundo que ela vive e está inserida nele com seus problemas e alegrias. São nas conclusões que se percebe o posicionamento do autor a favor da inclusão das crianças com deficiência nas escolas, apesar do hiato existente entre o que a Lei estabelece e o que a realidade brasileira oferece. Portanto, o desafio do projeto da inclusão foi lançado e está constantemente se degladiando com as práticas pedagógicas das escolas e das políticas públicas voltadas para a educação.

Mesmo a obra tendo sua primeira edição em 2005, ou seja, 12 anos atrás, ela é bem contemporânea e resgata aspectos importantes sobre o pensar a inclusão, sobre possibilidades de novas organizações da estrutura das escolas para o sucesso da proposta, bem como aponta caminhos ainda muito atuais, que não foram completamente absorvidos em nosso país quando se trata de inclusão como: a redução numérica de alunos nas salas de aula e a própria bidocência, que seria um suporte de qualidade para a proposta.

Nas próprias palavras do autor, fica aqui uma reflexão sobre o papel social da escola inclusiva quando ele afirma que: “[...] entendo que a escola deve erigir em torno de si práticas de aceitação e acolhimento, tanto mais includentes quanto mais a sociedade gerar processos de exclusão” (BEYER, 2005, p. 61).

Recebido em: março/2017

Aceito em: maio/2017

**Endereço para correspondência:**

Nozângela Maria Rolim Dantas  
Rua Dom Zacarias Rolim de Moura, 70 – Belo Horizonte  
58900-000 Cajazeiras, PB, Brasil  
<[nozangela@yahoo.com.br](mailto:nozangela@yahoo.com.br)>